



Interfaces do Pibid/UFT: a gestão na formação inicial docente

Pibid/UFT interfaces: management in initial teacher training

Regina Célia Padovan⁽¹⁾; Raielly Soares da Silva⁽²⁾; Vania Maria de Araujo Passos⁽³⁾

Página | 3253

⁽¹⁾ORCID: 0000-0001-6779-5037. Professora Adjunto da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Porto Nacional/TO, BRAZIL; E-mail: reginapadovan@uft.edu.br;

⁽²⁾ORCID: 0000-0001-5729-2727. Servidora Técnica da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Palmas/TO, BRAZIL, E-mail: raiellysoares@uft.edu.br;

⁽³⁾ORCID: 0000-0002-6086-1705. Professora Adjunto da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Palmas/TO, BRAZIL, E-mail: vaniapassos@uft.edu.br.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 10 de junho de 2020; Aceito em: 10 de julho de 2020; publicado em 10 de 10 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: O presente artigo tem como foco de estudo a formação inicial docente e suas interfaces político administrativas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), em especial, do Edital Capes 07/2018, desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2018 e 2019. O objetivo visa problematizar os apontamentos e as reflexões em torno da formação docente, utilizando como parâmetro avaliativo as proposições subjacentes ao edital, com destaque para o quadro das mudanças na legislação educacional, os desafios da operacionalização do sistema de concessão de bolsas, e das estratégias da equipe coordenadora a uma realidade social e acadêmica multi campus, como a representada pela UFT. A metodologia de análise tomou como referencial de leitura o conjunto das operações técnico administrativas de gestão, frente às demandas sinalizadas pelo edital e pelas ações no âmbito dos núcleos e subprojetos. Como referencial teórico, utilizou-se das reflexões problematizadas por Dourado (2015), Gatti (2013) entre outros estudiosos. Os resultados obtidos expressaram a necessária interlocução no fortalecimento da parceria entre o gestor administrativo e o aprender pedagógico, sinalizando os editais como marcos na concretização dos desafios que envolvem a operacionalização e as interfaces na formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Pibid; formação docente; gestão acadêmica; UFT.

ABSTRACT: his article focuses on the initial teacher education and its administrative political interfaces within the scope of the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (Pibid), in particular, of the Edites Capes 07/2018, developed at the Federal University of Tocantins (UFT), in 2018 and 2019. The objective is to problematize the notes and reflections around teacher education, using as an evaluative parameter the propositions underlying the edict, with emphasis on the framework of changes in educational legislation, the challenges of the operationalization of the education system. granting of scholarships, and the coordinating team's strategies to a multi-campus social and academic reality, such as that represented by UFT. The analysis methodology took as a reference for reading the set of technical administrative management operations, in view of the demands signaled by the public notice and by the actions within the nuclei and subprojects. As a theoretical framework, the reflections problematized by Dourado (2015), Gatti (2013) and other scholars were used. The results obtained expressed the necessary interlocution in strengthening the partnership between administrative gestation and pedagogical learning, signaling the notices as milestones in the realization of the challenges that involve operationalization and interfaces in teacher training.

KEYWORDS: Pibid; teacher training; academic management; UFT

INTRODUÇÃO

O conjunto de fatores que envolve o campo de leitura e o debate sobre a formação de professores, comporta importantes e diferenciadas facetas no entendimento aos desafios institucionais que requer a realização de ações e políticas propositivas. Uma das faces requeridas da reflexão aqui apontada tem como foco problematizar as interfaces político administrativas sobre a formação inicial docente no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), na esfera da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em especial, a partir do edital Capes 07/2018, efetivado no período de agosto de 2018 a janeiro de 2020.

Na tangência demarcada pelo referido edital 07/2018, definimos como pontos de leitura, num primeiro momento, os apontamentos sinalizados pelas diretrizes e portarias sobre a política da formação de professores e, num segundo momento, as implicações das questões de natureza político administrativa quanto às funcionalidades operacionais, no âmbito da coordenação institucional do programa e das demandas no sistema eletrônico que envolveu o coletivo dos bolsistas.

A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM DEBATE: O EDITAL PIBID 07/2018

O Pibid ficou conhecido nacionalmente, desde a sua implantação, no ano de 2007, como uma ação da Política Nacional de Formação de Professores (MEC), executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com as instituições de ensino superior e a rede pública da educação básica. Em torno do programa, a política de formação inicial docente firmou-se no compromisso entre as instituições pela valorização do magistério, na defesa dos princípios e características da docência, constituídos na prática entre o cotidiano das escolas e na qualidade das ações acadêmicas ofertada pelos cursos de licenciaturas.

Na esteira das formulações políticas, o debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação (DCNs), expandia-se, entre outras instâncias, nas ações do Conselho Nacional de Educação (CNE). Em vigor no ano de 2015, as diretrizes salientavam a necessária organicidade do processo formativo e sua institucionalização ao entender que

o projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de ensino e instituições de educação básica, envolvendo a consolidação de Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de cooperação e colaboração (...), pois a garantia do direito à educação a grupos e sujeitos historicamente marginalizados exige transformação na forma como as instituições de educação básica e superior estruturam seus espaços e tempos, suas regras e normas, incorporam novos materiais e recursos pedagógicos (DOURADO, 2015, p. 307).

Através do conjunto de editais publicados, no tempo superior a dez anos, o programa Pibid refletiu as ações implementadas no âmbito da política nacional de formação docente, no que tange as emergências e diretrizes vigentes. De 2007 até dezembro de 2018 foram lançados uma chamada pública, um decreto de lei, sete editais e nove portarias que regulamentaram o programa e suas ações. Entre as avaliações diversas, o aperfeiçoamento da formação inicial de docentes, no contato direto com a realidade escolar e com a especificidade de sua profissão, e a própria formação continuada dos professores supervisores, garantiram a relevância do programa (GATTI, 2013).

Pelo viés dos editais o programa expressou no conjunto de suas ações, o perfil de uma formação docente crítica e reflexiva, ou por vezes circunscrita pela ordem das competências e habilidades, diante dos desafios educacionais, na modernização da informação e da tecnologia, na operacionalização do conhecimento e dos saberes. Assim, ao compor um conjunto de outros programas, o Pibid insere-se no campo da formação docente como um "conflito de forças", e até mesmo como um "terreno de disputas" pela hegemonia sobre o conhecimento docente. Outrossim, nos ajuda a compreender como a formação de professores, "ressignifica os embates pelo controle (e poder) entre seus atores" envolvidos. (CAMPELO; DA CRUZ, 2019, p. 73).

Este ressignificar, nos remete à questão da complexidade que envolve o processo de compreensão da formação docente. Complexidade esta que vai além da objetividade e insere o caráter subjetivo e a presente tensão e conflito de valores. Ainda assim, a formação docente "é um campo frutífero para as grandes produções de conhecimento, que integram diferentes realidades com o contexto estudantil."(PINHO e PASSOS, 2018, p. 140)

Frente aos desafios educacionais, as dimensões da docência se firmaram nas exigências sinalizadas pelas chamadas dos editais do programa. O Edital Capes 07/2018, lançado em 01 de março de 2018, trouxe mudanças significativas, na intencionalidade do MEC/CAPES, seja na perspectiva da formação e do conteúdo processado, seja no

formato da operacionalização de cadastro e constituição dos processos de concessão de bolsas.

De impacto, a redução da cota de bolsas de iniciação à docência para alunos das licenciaturas afetou significativamente as expectativas das instituições superiores e ao fórum dos coordenadores institucionais. De um montante de 72 mil bolsas do edital anterior (061/2013), o programa passou a ser atendido com apenas 45 mil bolsas, e num período reduzido para 18 meses em sua execução e finalização. Na UFT a demanda inicial de vagas foi de 600 bolsas/cotas, mas a concessão foi de apenas 369 bolsas, redução semelhante ao quadro de outras instituições.

Entre as demandas solicitadas e as cotas concedidas, configurou-se um quadro novo na política de formação docente, na medida em que o Programa de Residência Pedagógica (RP)¹ integrou o conjunto das ações da Capes, via Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, (DEB), constituindo em conjunto com o Pibid, os regulamentos e portarias sobre a formação docente. Na configuração dos dois programas a formação docente aligeirou-se em curto tempo: ao definir 18 meses de bolsa em cada programa, o Pibid atendeu de forma precoce a participação dos discentes, ainda na primeira metade do curso, ou até 60% da carga horária exigida.

No que se refere ao formato, o edital trouxe como base o conjunto da legislação em vigência, entre as quais, o respaldo ao Plano Nacional de Educação (PNE), através da lei nº 13.005/2014, documento este que estabeleceu as várias estratégias sobre a "qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação" (DOURADO, 2015, p. 301). Também como pressuposto estabeleceu o cumprimento a Resolução 02/2015, na qual, entre outras diretrizes, a inserção, nos cursos de licenciaturas, da carga horária (400 horas) de prática como componente curricular (PCC), modificando substancialmente o quantitativo de horas e a estrutura curricular, reativando o debate em torno da "prática", no exercício docente. Tal aspecto também ganhou força no documento da Portaria 259, em dezembro de 2019, pontuando os programas (Pibid/Residência Pedagógica), como "iniciativas que visam intensificar a formação prática nos cursos de licenciaturas e promover a integração entre a educação básica e educação superior".

¹ Destaca-se no mesmo período o edital 08/2018 vinculado ao Programa de Residência Pedagógica (RP), que havia sido instituído pela Capes em fevereiro de 2018. Ambos Pibid/RP constituíram duas ações conjuntas da Capes, com a definição no tempo de participação dos alunos durante a graduação: para o pibid alunos que cursaram até o 60% e para os residentes, a concessão de bolsas a partir da segunda metade do curso.

Ainda subjacente à portaria o documento, destacou entre os "princípios a docência", a "intencionalidade pedagógica dos objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular"(BNCC), instituída na Resolução 02/2015. Este aspecto mereceu atenção na construção das atividades pedagógicas dos núcleos e subprojetos como requisito na aprovação do projeto institucional. Por outro lado, o debate da inserção da BNCC nas diretrizes nacionais sobre formação de professores foi alvo de muitas críticas, pelas entidades e representantes das categorias, entre outros estudiosos (ALBINO; SILVA, 2019).

Ainda quanto ao edital 2018, o documento sistematizou e atualizou as informações veiculadas, até então em agosto de 2017, pela portaria 158/2017, a qual determinava as regras de participação das IES nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, vinculada à CAPES. Postulado pela portaria, os ajustes firmaram o compromisso da formação docente nos acordos de cooperação técnica e na constituição do Comitê de Articulação da Formação Docente em cada unidade federativa. Às secretarias couberam a habilitação das escolas de educação básica, e aos representantes do ensino superior, o envio de um conjunto de documentos através de "declarações", no reconhecimento das atividades do Pibid, nas licenciaturas, da elegibilidade dos cursos com relação as avaliações e notas, além da contrapartida institucional, já presente em outros editais.

Uma outra especificidade foi a composição dos núcleos de iniciação à docência, em vinte e quatro (24) bolsistas, seis (06) alunos voluntários e três (03) supervisores, alterando a média anterior, que permitia o mínimo de cinco (05) discentes por professor co formador, seja da universidade ou da educação básica. A nova configuração marcou um diferencial da formação pibidana, na medida que dificultou um acompanhamento mais sistemático por partes dos professores bolsistas nas ações pedagógicas executadas.

No que se refere ao financiamento do programa, o edital de 2018, restringiu o uso do recurso apenas a aquisição de material de custeio dos subprojetos e núcleos, sem o financiamento para outras atividades como participação em congressos, ou aquisições de passagens e diárias. Era uma forma reduzida de gastos, implicando na mobilidade de estudantes e professores e suas publicações². Acrescido a isso, a modalidade de uso do

² Destaca-se neste aspecto, as ações empreendidas por parte de professores e bolsistas do Pibid/UFT em angariar recursos para fins de participação em eventos nacionais, como o núcleo de Pedagogia de Tocantinópolis: XII Seminário Nacional de Formação dos Profissionais da Educação (Salvador/2019), núcleos de Matemática (Araguaína e Arraias), VII Encontro Regional de Educação Matemática (Cuiabá/MT)

"cartão pesquisador" foi uma novidade na aquisição do material de custeio, nas operações financeiras de compra e transferências, demandando um aprendizado por parte da coordenação institucional, em especial à realidade de multicampus da universidade (UFT).

O EDITAL 07/2018 E A GESTÃO ACADÊMICA DO PROGRAMA

Contemplada no edital em apreço, a UFT, integrou o conjunto das IES no ano de 2018. Em linhas gerais, o Projeto institucional apresentou como objetivo maior o fortalecimento de ações de natureza formativa e integradora, na interlocução entre os cursos de licenciaturas e as escolas, baseadas nos princípios e características da docência. Pontuou como objetivos específicos, o incentivo à promoção de práticas docentes criativas e inovadoras em consonância às realidades sócio educacionais das escolas; o acompanhamento e avaliação das ações didático pedagógicas; o estímulo ao desenvolvimento de estudos teóricos, com base em referenciais educacionais contemporâneos, e da problematização da BNCC; da análise de casos didáticos pedagógicos, como subsídio a construção de um olhar multidisciplinar e ou interdisciplinar; além do incentivo ao envolvimento dos licenciandos em diferentes espaços formativos, no âmbito das escolas e ou em espaços diversos.

Com a cota de trezentos e sessenta e nove (369) bolsas de iniciação à docência, o programa Pibid/UFT trouxe mais uma vez a formação inicial docente para o debate da universidade, envolvendo oito (08) cursos de licenciatura, representados pela: Biologia, Geografia, História, Letras (Língua Inglesa), Licenciatura em Educação do Campo, Matemática, Pedagogia e Química, distribuídos nos seis (06) campus da Universidade, compondo ao todo quinze (15) núcleos de iniciação à docência. Na composição dos núcleos, entre discentes bolsistas (369) e voluntários (90), o projeto atingiu quarenta e oito (48) supervisores bolsistas das escolas e quinze (15) coordenadores de área, professores da universidade. Desenvolvido em quarenta e uma (41) escolas, e com aproximadamente nove (9) mil alunos da educação básica, sendo 1500 alunos do ensino fundamental I (subprojeto de Pedagogia) composto por quatro (04) núcleos, e os demais, do ensino fundamental II e ensino médio, em escolas do norte ao sul do estado, o Pibid mobilizou ações pedagógicas e formativas diversas.

A capilaridade do programa Pibid/UFT, constituiu uma marca importante dos editais na universidade evidenciando dados importantes sobre a trajetória da formação inicial docente em muitos alunos egressos das licenciaturas.³

Na leitura do referido edital, além da base constitutiva posta em debate sobre a legislação e o conteúdo da formação docente, merece destaque o procedimento diferenciado que envolveu o cadastro dos participantes do programa. Diferente de outros editais, a descentralização das ações, via sistema de cadastro pelos bolsistas, alunos e professores, revelou ser um desafio à coordenação institucional. Através da Plataforma Freire (atual Plataforma da Educação Básica) funcionou a inserção de um novo sistema de informações curriculares, vinculado à implementação das bolsas no denominado Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA), ambos de acesso aos bolsistas e obrigatórios. Embora de posse do conjunto de manuais e tutoriais sobre o funcionamento eletrônico dos referidos sistemas, os problemas e o desgaste não deixaram de ficar vigentes.

Nesse sentido, o gerenciamento dos sistemas, da então Plataforma Freire, do Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) e ainda do Sistema de Prestação de Contas da Capes (SIPREC) funcionaram como um tripé de instalação e finalização do edital de 2018. Ambos, revelaram ser um desafio para as coordenações institucionais das IES e participantes, na medida que era desconhecido, estava sendo implantado. Tivemos que aprender operacionalizar, e sanar dúvidas, em curto espaço de tempo, sempre em articulação com professores coordenadores de área e demais participantes do programa. O trabalho inicial requereu que todos os interessados e selecionados tinham que cadastrar seus currículos na Plataforma Freire, suporte criado pela Capes, o que gerou problemas diversos, tanto na compreensão e dificuldades por parte de alunos e supervisores das escolas, como da restrição à internet para fins de cadastro e implementação da bolsa. Além disso, fora dos cadastros havia a homologação por parte dos Coordenadores de área ou da coordenação institucional na aprovação da concessão. Ou seja, um processo marcado pela necessidade de compreensão das etapas e das informações, bem como dos recursos tecnológicos.

A operacionalização financeira através do PROF Licenciatura – Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica, sustentado pela portaria Capes

³ Destacamos aqui os dados apresentados em pesquisa sobre o edital Capes/Pibid 061/2013. A respeito disso ver o artigo PADOVAN, Regina C; et all (2020)

219/2018, constituiu uma outra novidade, direcionado a concessão apenas de recursos de custeio para realização dos subprojetos/ núcleos do projeto institucional.

Na distribuição dos recursos priorizou-se num primeiro momento, as demandas enviadas pelos núcleos, mediante apresentação de uma planilha, disposta no plano de trabalho dos núcleos, e do estabelecimento de uma média de valor custo-aluno. Num segundo momento, correspondeu à quantidade e valores dos materiais, para cumprimento das atividades propostas e etapas correspondentes.

As dificuldades na operacionalização e uso do "cartão pesquisador" precisou ajustar-se a estrutura multicampus da universidade, com distâncias superiores a 400 km entre câmpus. Na gestão do recurso optou-se pelas compras de materiais de consumo a partir do levantamento dos orçamentos no comércio da capital de Palmas e posterior envio. O entendimento era pela garantia e controle dos recursos.

Na gestão financeira e pedagógica o edital se fez na prática. No decorrer e na sua finalização os resultados satisfatórios superaram os empecilhos técnicos e sinalizaram através da socialização das experiências momentos significativos processados no cotidiano das ações pedagógicas nos núcleos, apresentados em relatórios e no seminário institucional⁴.

Com estas especificidades de um edital marcante, revestido de uma "nova roupagem" o Pibid de 2018 mobilizou formas e requisitos inovadores. Através e pelos sistemas de apoio nos registros dos bolsistas, a Capes obteve um controle maior no resultado e na devolutiva de questionários enviados pelos participantes, assim como na exigência aos relatórios descentralizados, elaborados pelos coordenadores de área, agora não mais restritos ao material da coordenação institucional, mas às produções dos bolsistas.

Colocando em evidencia um fazer pedagógico na condução dos trabalhos e um aprender constante às tarefas técnicas de operacionalizar as informações em sistemas eletrônicos, o edital 2018 ampliou a sistematização dos dados sobre a formação inicial docente. A expectativa para pesquisadores da área docente é que o alcance das informações não restrinja a técnica dos orçamentos, mas sirva como base de avaliativa à qualidade da formação docente.

⁴ A socialização das experiências resultou na apresentação das comunicações orais no Seminário Institucional, realizado em três etapas e campus distintos (Palmas, Araguaína e Arraias), ocorridos no 2º semestre de 2019.

REFERÊNCIAS

1. ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira Da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.
2. CAMPELO, Talita da Silva; DA CRUZ, Giseli Barreto. O Edital CAPES n 07/2018 e a Reconfiguração do Pibid: sentidos de Docência em Disputa. **Práxis Educacional**, [S.l.], v. 15, n. 33, p. 69-90, jul. 2019.
3. DOURADO, Luis Fernando. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educ. Soc., Campinas**, v. 36, n.º. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.
4. GATTI, B; ANDRÉ, M.; GIMENES, N; FERRAGUT, L. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência (Pibid)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014.
5. PADOVAN, R. C.; FREIRE, J. S. E. ; BISPO, M. O. ; SILVA, V. L. A. G. . Da iniciação à docência à formação pedagógica: leituras e particularidades das ações do Pibid no Tocantins. In: Joedson Brito dos Santos. (Org.). **Iniciação, formação e atuação docente: experiências do Pibid Pedagogia da UFT Tocantinópolis**. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 01, p. 31-42.
6. PINHO, M. J.; PASSOS, V. M. de A. Complexidade, ecoformação e transdisciplinaridade: por uma formação sem fronteiras teóricas. In: VELASCO, J. M. G. (Coord). **Transdisciplinariedad em La Educación**. 1ed. Bolívia: PRISA Ltda, 2018, p. 135-153.
7. Relatório Final de Cumprimento do Objeto Programa Pibid - Prof Licenciatura - UFT., SIPREC/Capes, março de 2020.